

HABEAS CORPUS Nº 502.634 - ES (2019/0096238-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ANA CRISTINA SILVA DE OLIVEIRA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : WALDIR MATIAS

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **WALDIR MATIAS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**.

Depreende-se dos autos que o paciente requereu, na origem, o deferimento de saídas temporárias, o que foi negado pelo d. Juízo das Execuções, ante a necessidade de realização de exame criminológico.

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de origem negou provimento, nos termos do v. acórdão de fls. 9-14, assim ementado:

"EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO - NULIDADE DA DECISÃO - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - PRELIMINAR AFASTADA - REGIME INICIAL SEMIABERTO - SAÍDA TEMPORÁRIA - INDEFERIMENTO - EXIGÊNCIA DE NOVA AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO

1- A decisão que indeferiu o pedido de prisão temporária não violou o contraditório, haja vista ter sido proferida após ouvida ambas as partes.

2- Não obstante a existência de exame criminológico relativamente atualizado, extrai-se da decisão recorrida a imprescindibilidade de diagnóstico ainda mais detalhado para a saída temporária, em razão da gravidade do crime cometido e diante da falta de tempo hábil para que o Recorrente fosse acompanhado no regime semiaberto.

3- A jurisprudência pátria vem admitindo que, em situações excepcionais, dadas as características do caso concreto, pode o Juiz das Execuções Penais mediante decisão fundamentada, requisitar a realização do exame criminológico ou psicossocial antes de conceder a saída temporária, a fim de aferir o preenchimento do seu requisito subjetivo. Precedentes.

4- Recurso improvido."

No presente **habeas corpus**, a Defensoria Pública estadual alega que não mais se exige o prévio exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de saídas temporárias e demais benesses da execução.

Sustenta que o exame criminológico foi requisitado sem a correspondente fundamentação adequada, pautando-se em critérios abstratos e pretéritos do processo.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, *"objetivando a cassação do acórdão objurgado, determinando-se a concessão de saídas temporárias, sem a necessidade de realização de exame criminológico; [...] Em razão do writ estar devidamente instruído com as cópias necessárias, requer seja a autoridade coatora dispensada de prestar informações; [...] Ao final, seja concedida a ordem de Habeas Corpus, confirmando a liminar concedida, para cassar o acórdão e analisar o writ impetrado na origem, haja vista a ilegalidade a que está submetido o paciente"* (fl. 7).

É o relatório.

Decido.

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição in limine**, não se verifica a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida urgente, uma vez que a orientação adotada pelo v. acórdão impugnado, **prima facie**, encontra respaldo em julgados desta Corte, no sentido de que ainda existe a possibilidade de realização do exame criminológico (seja para qual benefício da execução for), desde que exigido de forma fundamentada.

É o que se verifica do precedente:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. DESNECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Com as inovações trazidas pela Lei n. 10.792/03, alterando a redação do art. 112 da Lei n. 7.210/84 (Lei de Execução Penal), afastou-se a exigência do exame criminológico para fins de progressão de regime. Por outro lado, este eg. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que o magistrado de primeiro grau, ou mesmo o Tribunal a quo, diante das circunstâncias do caso concreto, podem determinar a realização da referida prova técnica para a formação de seu convencimento, desde que essa decisão seja adequadamente motivada.

[...]

*Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 351.019/SP, **Quinta Turma, de minha relatoria**, DJe 11/10/2016)*

Além disso, o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado na seara adequada, após a devida instrução do feito.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. **NÃO CONFIGURAÇÃO.** DESCABIMENTO DO RECURSO.*

[...]

2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.

*3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)*

*"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. **NÃO CABIMENTO.** AFASTAMENTO DA*

REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 09/10/2017)

Forte nessas razões, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao Juízo das Execuções Penais.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator